



# SOBERANIA vale mais que mercado



**N**este momento em que se agrava a crise política, provocada por erros de sucessivos governos e pela manipulação de informações para atender aos interesses contrários à Soberania Nacional, vale reafirmar os caminhos já conhecidos para superação de crises, que não são aqueles recomendados pelos defensores do livre mercado.

“Está na hora de brasileiros e de o próprio Estado comprarem grande quantidade de ações da Petrobrás e, assim, não só aumentar o percentual de controle nacional sobre a empresa, como fazer ótimo negócio, porquanto o patrimônio da Companhia pode chegar a cerca de 80 bilhões de barris de reservas de óleo”, defende o economista Adriano Benayon.



**3**

A presença da mulher no mercado de trabalho

*Michelle Daher Vieira*



**4**

A geopolítica do pré-sal e o combate à corrupção

**8**

A engenharia brasileira e o risco da desnacionalização

**9**

O papel das auditorias independentes

**10**

Petrobrás e projeto de país

**12**

O mercado e o país

## Editorial

# Menos diagnóstico, mais remédio

**A** Petrobrás tem sido alvo de um bombardeio diário de más notícias, cujas intenções são bem conhecidas de quem se preocupa em consultar o básico da história do Brasil. O prejuízo para a imagem da maior empresa do País é incomensurável e tem desdobramentos diretos para a indústria e engenharia nacionais, setores de vital importância na geração de empregos e tecnologia – basta dizer que a retração de 30% nos investimentos da Companhia deve causar queda de um ponto percentual no PIB em 2015.

O Brasil clama por um efetivo combate à corrupção. Nesse contexto, há críticas fundamentadas, mas nem todas são bem intencionadas. Em outras palavras, os diagnósticos são muitos, mas os equívocos come-

çam pela identificação do “doente”, que não é a Petrobrás, mas sim um modelo político e econômico em acelerado processo de deterioração gerido por um governo fragilizado em nome da chamada “governabilidade”.

Hoje, o partido da presidente eleita (PT) responde por apenas um terço da base aliada e, na economia, falta coragem para tomar iniciativas que privilegiem a Soberania Nacional, em detrimento dos interesses do mercado. A rigor, nem seria necessária a propalada reforma política para acabar com o financiamento privado de campanhas políticas, uma das raízes da corrupção. Ele é inconstitucional, conforme opinou o STF, por seis votos a um, mas é necessário concluir o julgamento e o ministro Gilmar Mendes pediu vista

ao processo, há um ano, retirando-o da pauta.

Nesta edição, o AEPET Notícias faz um esforço para ir além dos diagnósticos. Abrimos espaço para propostas concretas, que se traduzam em remédios efetivos para problemas como corrupção, alívio financeiro para a Companhia, preservação de empregos, da Soberania e engenharia nacionais, entre outros.

Aproveitando o mês de março, em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, convidamos a engenheira metalúrgica e socióloga Michelle Daher Vieira para falar sobre a presença da mulher no mercado de trabalho. Michele trabalha na Petrobrás como analista de comercialização e logística, na Diretoria de Abastecimento e teve a coragem de desmentir uma reportagem publica-

da em O Globo, em 15 de fevereiro, na qual foi usada uma foto sua, retirada das redes sociais, para tentar provar uma suposta rotina de medo e tensão entre os funcionários.

Questionamos ainda, neste mês de março, as auditorias externas, multinacionais ditas “independentes”, que jamais alertaram a Companhia e seu Conselho de Administração para os indícios de irregularidades que hoje viraram assunto predileto de uma mídia tão caracterizada como as grandes empresas corruptoras da área de engenharia.

Desejamos a todos uma boa leitura.



Petróleo Política Oleo Leilão Ciência e Tecnologia AEPET ALERJ Aposentadorias Aposentados Leilão de Xisto Gás de Xisto Carvão Salinidade Direitos Humanos Direitos Trabalhistas Desigualdade Social Educação Manifestações Transporte Tortura Violência Venezuela Economia Saúde Petrobrás Reforma Política Vila Autódromo paralisação dos servidores

**Debate**  
TV Brasil

“A verdade dos fatos sem o controle da grande mídia”

ORDEM E PROGRESSO

Canal YouTube AEPET

APRESENTADOR:  
**Paulo Passarinho**

**AEPET**  
Associação dos Engenheiros da Petrobrás



Av. Nilo Peçanha, 50 Grupo 2409  
Centro - Rio de Janeiro-RJ  
CEP: 20020-100  
Tel.: 21 2277-3750  
Fax 21 2533-2134

**Presidente**  
Felipe Campos Cauby Coutinho

**Vice-Presidente**  
Fernando Leite Siqueira

**Diretor Administrativo**  
Francisco Isnard Barrocas

**Vice-Diretor Administrativo**  
Christian Alejandro Queipo

**Diretor Comunicações**  
Ronaldo Tedesco Vilardo

**Vice-Diretor Comunicações**  
Herbert Campos Gonçalves Teixeira

**Diretor de Pessoal**  
Arthur Flavio Jansen Ferrari

**Vice-Diretor de Pessoal**  
Silvio Sinedino Pinheiro

**Diretor Cultural**  
Henrique Sotoma

**Vice-Diretor Cultural**  
Estellito Rangel Junior

**Diretor Jurídico**  
George Torres Barbosa

**Vice-Diretor Jurídico**  
Paulo Teixeira Brandão

**Conselho Fiscal – Titular**  
Ricardo Moura de A. Maranhão, Diomedes Cesário da Silva, Francisco Soriano de Souza Nunes

**Conselho Fiscal - Suplente**  
Pedro Francisco de A. Castilho, Carlos Sezino de Santa Rosa, Raul Tadeu Bergmann

#### Núcleos

Aepet-Bahia: Jorge Gomes de Jesus  
Aepet-BR: Paulo Teixeira Brandão  
Aepet-Macacá: José Carlos L. de Almeida  
Aepet-NS: Ricardo Pinheiro Ribeiro  
Aepet-SE/AL: Francisco Alberto Cerqueira de Oliveira

#### Delegados

Angra dos Reis: Alexandre Guilherme  
Vitória: Paulo Weimar Perdigão Magalhães  
Rio Grande do Sul: James Chang

Santos/SP: Carlos Alberto Amaral Ribeiro e Rogério Picado

#### Redação

Editores:  
Alex Prato (MTB 15542) e Rogério Lessa (RJ 21.221JP)

Colaborador: José Luiz Sombra

Projeto Gráfico:  
Luiz Fernando Nabuco

Arte / Ilustração: Amorim  
Diagramação: Geraldo Machado



*Michelle Daher Vieira*

# A presença da mulher no mercado de trabalho

**A**o longo da minha vida até entrar para o mercado de trabalho, encontrei muitas portas abertas que me favoreciam. Já minha mãe foi educada sob uma lógica de que só lhe era permitido ser professora e casar, enquanto seus irmãos podiam ir para a faculdade e ser advogado ou arquiteto. A mesma oportunidade lhe foi negada. Por isso, sempre tive incentivo para cursar uma faculdade. No curso de engenharia havia uma quantidade considerável de mulheres na minha turma. No trabalho também convivi com muitas colegas, minha chefe é mulher e já tive mais superiores diretos mulheres do que homens,

mas sei que minha experiência está um pouco distante da realidade vivida pela maioria das mulheres, pelo menos aqui no Brasil.

Minha trajetória nos conta algo sobre as transformações que a posição ocupada pela mulher na sociedade vem passando ao longo do tempo. Na história recente, nossa condição no mercado de trabalho tem se alterado consideravelmente, impulsionada, em grande parte, pelo movimento feminista, tendo como objetivo a equiparação dos direitos. No entanto, ainda há um longo caminho a seguir.

Hoje, de acordo com o IBGE, somos minoria na população ocupada, pouco mais de 45%, contudo as mulheres possuem maior nível de escolaridade, tem sua participação no mercado consolidada, mas existem muitos desafios ainda a serem superados. Apesar de termos uma mulher ocupando a Presidência da República, temos dificuldades de ascender a posições e setores com maior remuneração e nos cargos que exigem nível superior recebemos menos que os homens.

A mulher que trabalha fora enfrenta muitos dilemas também no campo pessoal, que vão além da dupla jornada, na qual a maior parte do trabalho de casa sobra para ela. Se por um lado tem necessidade de crescer profissionalmente, por outro pesa o desejo de ser mãe e o maravilhoso fardo que isto implica. Estamos sendo mães cada vez mais tarde, tendo menos filhos e investindo mais em nossas carreiras. Conhecer estes fatos não é



suficiente para entender profundamente o peso de tantas responsabilidades no dia a dia.

Tive melhor entendimento sobre a posição feminina no mercado de trabalho quando me graduei em ciências sociais, nos meus estudos sobre gênero. Descobri que a sociedade onde nos inserimos constrói um plano simbólico que tem impacto direto na relação da mulher com o trabalho e como é percebida nele. Neste sentido, existem muitos obstáculos para transpor. Isso fica ainda mais claro quando nos damos conta de que existem muitos Bolsonaro espalhados por aí, tomados de uma prepotência sem o menor pudor em dizer que mulher deveria ganhar menos para não prejudicar o empregador. O deputado se posiciona deste modo mesmo tendo sido eleito para nos representar. Vivemos num país que, para nos proteger, necessita criar uma lei que transforma o feminicídio em crime hediondo, demonstrando o

quanto ainda precisamos evoluir nosso modo de pensar.

A questão é que existe uma dominação masculina que perpassa toda a história. Por mais que a mulher venha ampliando o seu papel e ganhando espaço ainda estamos muito longe de alcançarmos uma equidade de gênero. A saída é seguirmos demarcando nossa posição, perseguindo nossos direitos porque as mudanças de valores ocorrem, mas é um processo lento. Já tivemos muitas conquistas, mas é no porvir que transformações mais profundas podem acontecer, sendo assim, devemos acreditar na nossa capacidade e talento, porque as desigualdades não serão equiparadas naturalmente no futuro, nem por força de leis criadas para nos defender. Vai depender do modo como vivemos hoje e como nos afirmamos para enfrentar os preconceitos, fazendo com que a sociedade, como um todo, compreenda que temos o direito a igualdade. ©

**Vivemos num país que, para nos proteger, necessita criar uma lei que transforma o feminicídio em crime hediondo**



# A geopolítica do pré-sal e o combate à corrupção

Por Alex Prado

O fogo cerrado sobre a Petrobrás vai além da justificativa de se por fim à corrupção. O escândalo de superfaturamento e propinas revelado pela Operação Lava Jato, poderia ser um marco importante na História brasileira, com a efetiva punição de todos os culpados, o ressarcimento dos valores desviados aos cofres públicos, a instalação de um efetivo modelo de governança e, além, a conscientização da população como um todo sobre os malefícios da corrupção – em todos os níveis – para a sociedade e para a democracia.

Entretanto, o que se observa são movimentos dos entreguistas de sempre para ferir de morte a maior empresa do País, deixando o caminho livre para o capital internacional se apropriar da maior reserva de petróleo descoberta neste século, o pré-sal. São sabedores de que sem uma Petrobrás forte e sem os recursos do pré-sal, teremos um Brasil menor, diminuído em sua soberania e na capacidade de promover a justiça social. O Estado mínimo que defendem é escandalosamente concentrador de renda e exclusivo.

Por trás dos ataques à Petrobrás, camuflam-se intenções ainda mais perigosas à soberania nacional. Petróleo é geopolítica. Uma intrincada teia de interesses do grande capital, que lança seus fios desde a ainda mais poderosa nação do planeta, os EUA. Não há *shale gas*, nem novas fontes energéticas disponíveis suficientes para os próximos 50 anos. Então, aonde houver uma gota de petróleo haverá disputa.



Para que a exploração do pré-sal reverta-se, realmente, em benefício de toda a sociedade brasileira, é fundamental a Petrobrás como operadora única, garantindo o ritmo adequado da exploração e a correta mensuração da produção.

Para que a exploração do pré-sal reverta-se, realmente, em benefício de toda a sociedade brasileira, é fundamental a Petrobrás como operadora única, garantindo o ritmo adequado da exploração e a correta mensuração da produção.

Dentro desta visão, é estratégico o Programa de Reequipamento das Forças Armadas, em curso atualmente. Vale aqui lembrar que, após a descoberta do pré-sal, os EUA imediatamente reativaram a sua IV Frota Naval, para patrulhar o Atlântico Sul.

Se os entreguistas conseguirem seu intento quanto à Petrobrás e ao pré-sal, também atingirão os ambiciosos projetos de construção de submarinos nucleares e dos aviões-caça.

O primeiro, sob responsabilidade da Marinha, prevê a construção de 5 submarinos com propulsão nuclear e investimentos previstos da ordem de R\$ 28 bilhões. O projeto, em parceria com a França, prevê o total repasse da tecnologia, trazendo para a indústria da defesa um vetor de inovação e expansão industrial.

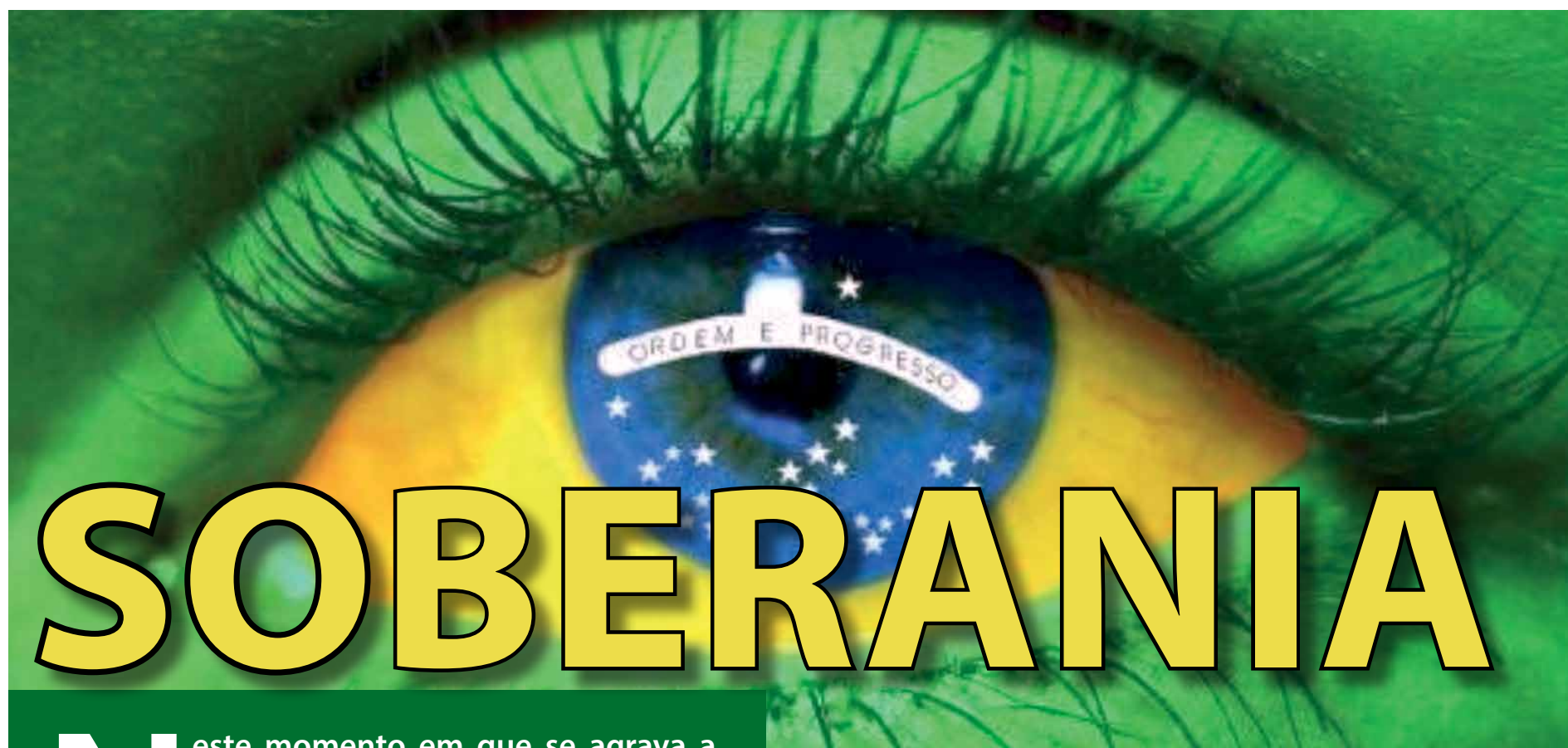
A compra dos caças Gripen, junto à sueca Saab, também tem cláusula de transferência de tecnologia, em parceria com a Embraer. As 36 primeiras aeronaves devem custar US\$ 5,4 bilhões. Mas a intenção da FAB é a aquisição de mais 70 aviões, depois de dominada a tecnologia.

O enfraquecimento da Petrobrás e a volta do regime de concessão ao pré-sal represariam estes inves-

timentos, tornando nossa nação vulnerável. O governo tucano que conseguiu quebrar o monopólio do petróleo e tentou vender a Petrobrás, também assinou o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, justificando como um gesto de boa vontade do Brasil para com a paz mundial. Entendo a atitude como um ato de submissão aos interesses norte americanos, justamente quando o Brasil estava a um passo de dominar o ciclo nuclear.

Os arautos do atual combate à corrupção deveriam deixar explícitos os interesses por trás deste surto moralista. Pois o combate que propõem é apenas cortina de fumaça a esconder interesses escusos e, verdadeiramente, de lesa Patria. ©

► CAPA



# SOBERANIA

**N**este momento em que se agrava a crise política, provocada por erros de sucessivos governos e pela manipulação de informações para atender aos interesses contrários à Soberania Nacional, vale reafirmar os caminhos já conhecidos para superação de crises, que não são aqueles recomendados pelos defensores do livre mercado.

## vale mais que mercado

Na maior crise financeira desde 1929, que teve como estopim o pedido de concordata do banco Lehman Brothers, em setembro de 2008, o governo dos Estados Unidos chegou à conclusão de que algumas de suas empresas, produtivas ou não, atingiram um grau de importância para estabilidade econômica que a falência de qualquer uma delas traria consequências trágicas para a sociedade como um todo.

Assim, já em outubro daquele ano, um decreto colocava à disposição das empresas financeiras e industriais cerca de US\$ 700 bilhões do Tesouro. No total, fo-

ram desembolsados US\$ 426,4 bilhões. No entanto, até o dia do encerramento do programa, de nome TARP (em português Programa de Resgate de Ativos Problemáticos), em 19 de dezembro de 2014, o Tesouro recebeu de volta US\$ 441,7 bilhões, ou seja, teve lucro na devolução. Empresas “grandes demais para quebrar”, como a GM e a AGI, maior seguradora do mundo, foram encampadas pelo governo e, após saneadas, revendidas com lucro. Mas o lucro neste caso não é o mais importante, pois para salvar os bancos foram gastos trilhões de dólares.

### 50 mil demissões só no Rio

Atualmente no Brasil, a engenharia nacional e, principalmente, a Petrobrás - vítima da ação de corruptos, empresários corruptores e também de interesses geopolíticos internacionais, como deixam evidentes os casos de espionagem à empresa - são apresentadas todos os dias nos jornais como vilãs de um sistema de uso do dinheiro público corrompido desde os primórdios de nossa história e favorecido pelo financiamento privado de campanhas.

Com as interrupções de obras e cortes de investimentos, 50 mil trabalhadores já perderam emprego somente no estado do Rio. Há perda de receita de entes federativos com royalties, que já atingem 20% em relação ao início do ano passado. O presidente da AEPET, Felipe Coutinho, defende o afastamento dos controladores de empresas corruptoras e a expropriação de ativos, evitando as nefastas consequências sociais. Esta expropriação poderia ser feita através de estatização ou socialização das empresas, que passariam para o controle dos trabalhadores. ►



## Com as interrupções de obras e cortes de investimentos, 50 mil trabalhadores já perderam emprego somente no estado do Rio

“A solução é aplicar a lei, declarar as empreiteiras comprovadamente envolvidas na cartelização, fraude e corrupção ativa como inidôneas e, para evitar as consequências sociais, expropria-las. Afastar da gestão os responsáveis, sócios controladores e executivos, além de responsabilizá-los criminalmente”. Essas providências, segundo Coutinho, são essenciais para garantir a manutenção dos empregos, a continuidade das obras de infraestrutura (com os contratos renegociados ou novos) e o atendimento a demanda por novas obras.

### Indústria do aditivo

Recentemente, descobriu-se um canal sofisticado para a drenagem de recursos públicos, aplicado não apenas na Petrobrás, mas na maioria das grandes obras envolvendo o setor público: os contratos do tipo Engineering, Procurement and Construction (EPC) e seus nefastos aditivos e subcontratações que

multiplicam os orçamentos dos projetos, depois de vencida a concorrência por alguma das integrantes de um cartel consolidado há décadas. A AEPET vem denunciando esse desvio há muito tempo.

“Este é um dos pontos que originaram toda a corrupção. Se determinada empresa ganha uma licitação, pode subcontratar outra para fazer os serviços. Isso sistematiza a cartelização”, pondera o vice-presidente da AEPET, Fernando Siqueira. De acordo com Siqueira, o caminho para preservar a engenharia nacional sem prejuízo do emprego e das receitas dos entes federativos com royalties é a participação direta da Petrobrás no gerenciamento financeiro e no acompanhamento das obras e projetos, como fazia o extinto Serviço de Engenharia.

“Para não paralisar as obras, com prejuízos não apenas para a Petrobrás, mas também para trabalhadores e fornecedores nacionais, a Companhia pode repetir a bem sucedida iniciativa da década de 1990, quando o então Serviço de Engenharia passou a acompanhar diretamente as atividades de planejamento e suprimento, execução física e controle financeiro dos fluxos de caixa dos projetos a cargo dos estaleiros contratados para fazer a conversão de plataformas, mas que não tinham condições, na época, de atender a demanda”, argumenta

## O peso da Petrobrás

Estatal é estratégica para contas externas, indústria e emprego

**E**m 2014, depois de quatorze anos, a balança comercial do País voltou a apresentar déficit, de US\$ 4 bilhões. A última vez que ficara negativa fora em 2000. Segundo o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento da Indústria (IEDI), os bens tipicamente produzidos pela indústria de transformação foram os que mais contribuíram para o déficit. Este setor vem se deteriorando desde 2006, fazendo com que tais produtos deixassem de ser superavitários já em 2008. Ano passado o rombo foi de US\$ 63,5 bilhões.

Este é mais um exemplo do alto risco que corre o País com a retração, ou mesmo paralisação, dos investimentos da Petrobrás. A estatal brasileira do petróleo contribui com 10% para a formação do PIB. Este percentual chega a 30% se incluirmos o segmento de petróleo e gás como um todo e o ramo da engenharia, que tem na Petrobrás um de seus principais demandantes.

O setor petróleo é um dos que paga melhores salários na indústria. Anualmente, a Petrobrás gasta cerca de R\$ 27,6 bilhões com a folha de pagamentos dos trabalhadores diretos. A estatal responde por 8,1% dos gastos salariais da indústria brasileira como um

todo, incluindo benefícios e participação nos lucros – no Rio, essa participação sobe para nada menos de 28%.

Em 2013, a Petrobrás pagou R\$ 74,7 bilhões em impostos e taxas, número que deve superar R\$ 80 bilhões em 2014 – ainda não divulgado.

Siqueira, reiterando sua oposição aos contratos EPC.

“Os contratos do tipo EPC permitiram o surgimento de uma verdadeira indústria dos chamados aditivos, ferramenta que permite adicionar custos durante a obra, para compensar um orçamento subavaliado para que empreiteiras carterizadas ganhassem a concorrência, em retribuição ao ‘investimento’ feito na campanha”, prossegue Siqueira. Para ele, o atual cenário, que trouxe à tona uma crise moral, pode ser também uma oportunidade para superar os diagnósticos estampados nas manchetes da mídia também carterizada, na maioria das vezes com segundas e terceiras intenções.

Coutinho e Siqueira concordam que ao lado dos contratos EPC existe a contribuição nefasta de um modelo de gestão que valoriza burocratas, em detrimento dos técnicos. “Este modelo faz com que os gerentes estejam mais comprome-

tidos com seus respectivos diretores e não com a base”, resumem os dirigentes da AEPET.

### Recompra de ações

No caso específico da Petrobrás, além de mudanças no modelo de gestão, uma alternativa viável seria a pura e simples recompra das ações pela União, aproveitando, inclusive, a oportunidade gerada pela própria desvalorização dos papéis. Para o economista Adriano Benayon, da Associação Desenvolvementista Brasileira (ADB), em vez de uma empresa com problemas, imagem que é vendida pela mídia, a Petrobrás na verdade é a “joia da coroa”, prejudicada momentaneamente por uma série de fatores além dos casos de corrupção, como interesses geopolíticos de superpotências e a política de contenção dos preços da gasolina sob o pretexto de controle inflacionário – a Petrobrás foi obrigada a importar



**“Está na hora de brasileiros e de o próprio Estado comprarem grande quantidade de ações da Petrobrás e, assim, não só aumentar o percentual de controle nacional sobre a empresa, como fazer ótimo negócio, porquanto o patrimônio da Companhia pode chegar a cerca de 80 bilhões de barris de reservas de óleo”**

gasolina e repassar, com prejuízo, ao mercado distribuidor.

“Está na hora de brasileiros e de o próprio Estado comprarem grande quantidade de ações da Petrobrás e, assim, não só aumentar o percentual de controle nacional sobre a empresa, como fazer ótimo negócio, porquanto o patrimônio da Companhia pode chegar a cerca de 80 bilhões de barris de reservas de óleo, além de importante acervo tecnológico, situando a Petrobrás no topo das petroleiras em âmbito mundial”.

Citando informações do especialista Paulo César Ribeiro Lima, consultor da Câmara dos Deputados, o economista lembra que, entre 2005 a 2014, o preço médio de realização da gasolina nas refinarias da Petrobrás foi de R\$ 1,085, enquanto no porto de Nova Iorque este valor era de R\$ 1,207, causando perdas de R\$ 60 bilhões para a Petrobrás, segundo estimativa do Conselho de Administração.

“No entanto, com a forte queda dos preços mundiais, a Companhia não mais arca com os prejuízos que contribuíram para causar-lhe tais perdas”, pondera Benayon. Sobre a dívida, calculada pela agência de risco Moody’s em US\$ 137 bilhões (US\$ 110 bi-

lhões com credores privados e o restante em mãos do BNDES), ele classifica como “perfeitamente administrável”, inclusive a parcela de curto prazo – a dívida para 2015 é de US\$ 14 bilhões.

“A Petrobrás tem tido receitas anuais de R\$ 300 bilhões. Mesmo descapitalizada pela política de preços, determinada pelo governo, a estatal adquiriu grande quantidade de blocos, além de investir pesado na exploração. Com isso, só no pré-sal, já produz acima de 800 mil barris diários”, resume.

Outro que defende a recompra de ações é Hélio Silveira, economista aposentado do BNDES, com larga experiência no mercado de capitais. No cenário da geopolítica do petróleo ele também vê, como pano de fundo, uma forte recessão na economia mundial. “O governo não deveria se manter na atual atitude passiva. O Banco Central Europeu (BCE) anunciou um pacote de vai colocar dinheiro na mão do mercado, através de quantitative easing (programa utilizado pelos Estados Unidos na fase mais aguda da crise mundial) injetando dinheiro para criar inflação. Singapura também pode anunciar medidas semelhantes”, aponta.

US\$ 110 bilhões e se adicionarmos mais o comprometimento de um terço das reservas com operações de “swap” cambial por parte do Banco Central significa dizer que dois terços das reservas brasileiras poderiam trocar de mãos rapidamente numa subida exagerada do dólar frente a esses riscos. Então, é de extrema responsabilidade o Estado assumir o endividamento em dólar da Petrobrás e trocar por reais”, argumenta.

No entanto, seria necessário abrir uma exceção ao BNDES do seu compromisso de austeridade com o trio econômico, tendo em vista o risco sistêmico envolvido. Isto, admite Silveira, poderia encontrar resistência da parte de ministros como Joaquim Levy (Fazenda), de perfil extremamente conservador. “Esta iniciativa não é original. Seria uma simples troca de moedas nos contratos, muito mais leve que a injeção maciça de recursos que o Tesouro norte-americano e o FED (Federal Reserve, o banco central dos Estados Unidos) injetaram nos bancos privados para mitigar o risco sistêmico em 2008. Na ocasião foi comentado que os bancos privados eram grandes demais para quebrarem”, resume. ☺

## Não é a Petrobrás que está doente

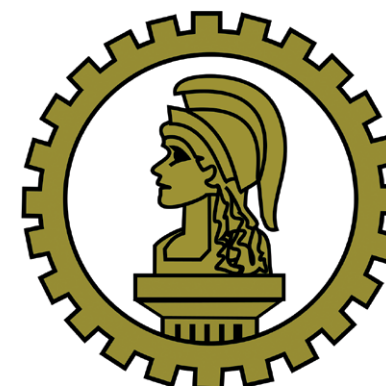
**N**uma fotografia com as principais concorrentes, a partir de uma perspectiva de prazo maior, a Petrobrás aparece em lugar privilegiado. De 2012 para 2013, o lucro da Companhia avançou 1%, em dólar, enquanto Exxon caiu 27%, Shell recuou 35%, Chevron perdeu 18%. O faturamento da Petrobrás cresceu 13% entre setembro de 2013 e o mesmo período do ano passado.

De 2006 a 2013, os resultados também são positivos. Entre as cinco maiores concorrentes, a Petrobrás foi a única que expandiu sua produção (11%), enquanto as outras caíram ou ficaram no mesmo lugar: Exxon (-1%), Shell (-8%), Chevron (0%) e BP (-18%).

Das cinco gigantes, a Petrobrás foi a que mais ampliou investimentos, com um salto de 228%, contra 114% da Exxon, 85% da Shell e 152% da Chevron, respectivamente. Não é a toa que alguns dos grandes investidores do mercado internacional de capitais estão comprando papéis da Companhia.

**ARTIGO** Francis Bogossian Publicado no dia 27/01 no Jornal do Commercio, editoria Opinião

# A engenharia brasileira e o risco da desnacionalização



**A** engenharia brasileira precisa estar unida para não sucumbir a esta crise sem precedentes instalada entre nós pelo escândalo de corrupção na Petrobrás. Não se pode permitir que fatos de tal gravidade coloquem em risco a engenharia nacional, indutora do desenvolvimento econômico, comprovadamente capacitada para atender a qualquer grande empreendimento no país e no exterior.

Todas as denúncias de corrupção devem ser investigadas e os responsáveis punidos através da aplicação das penalidades previstas na legislação brasileira. É necessário resgatar a confiança, a credibilidade e o respeito que a Petrobrás e seus funcionários adquiriram ao longo dos seus mais de 50 anos de serviços prestados à nação brasileira.

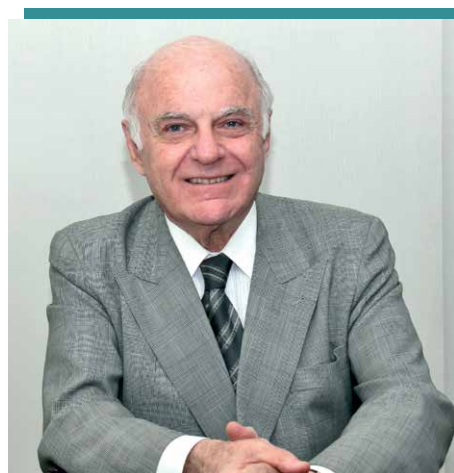
A corrupção não pode ser um pretexto para a abertura indiscriminada do nosso mercado aos produtos e serviços estrangeiros, fragilizando as empresas brasileiras e, até mesmo, fazendo-as sucumbirem, como se viu ocorrer em outros países, inclusive produtores de petróleo. A engenharia brasileira desenvolveu know how, que tornou suas empresas altamente competitivas. Não à toa, elas constroem pelo mundo inteiro.

O desenvolvimento da Nação não pode prescindir da participação da Petrobrás e das empresas de engenharia, cujo risco de esmagamento, face aos erros cometidos, pode levar a um drástico impacto na economia nacional e na responsabilidade social.

É preciso ter a lucidez de diferenciar as imprescindíveis ações a serem tomadas contra os crimes cometidos e a indispensável continuidade da operação das antigas empresas de construção nacionais, as quais são insubstituíveis, sim, já que reúnem o

acervo técnico histórico de toda a infraestrutura brasileira.

Ignorar tal fato será desconhecer a competência técnica da engenharia nacional nos melhores momentos da História recente; poderá significar a desmobilização de equipes de experiência e renome desenvolvidas por anos e décadas; será subestimar engenheiros, que assinam obras de envergadura, que são sinônimos do desenvolvimento brasileiro; condenar ao desemprego currículos consagrados, juntamente com uma multidão de técnicos de nível médio, bem como



vindas para a transferência de tecnologia e de conhecimento, desde que associadas a empresas genuinamente nacionais, dividindo com elas, até equalitariamente, o capital social, e não simplesmente competindo de forma desigual e predatória, muitas vezes ofertando inicialmente preços reduzidos, para em seguida dominarem o mercado e passando a ofertar o preço que bem entenderem, como temos visto acontecer aqui no Brasil e no mundo.

A política de conteúdo local, lançada nos anos 2000, e que faz parte de um Conjunto de Políticas Públicas do Governo Federal elaborado para ampliar a participação da indústria nacio-

**É necessário resgatar a confiança, a credibilidade e o respeito que a Petrobrás e seus funcionários adquiriram ao longo dos seus mais de 50 anos**

retirar o pão da mesa dos pobres e dedicados trabalhadores da construção pesada, que formam a mão de obra dita não especializada do país.

A Constituição de 1988, no seu artigo 171, guardava regras jurídicas que, em tese, visavam inibir a participação de sociedades empresariais estrangeiras na atividade econômica nacional. Com a promulgação da Emenda Constitucional n. 06, em agosto de 1995, este artigo foi suprimido, mudando essas regras e facilitando o ingresso indiscriminado de sociedades empresariais estrangeiras em nosso país.

As empresas estrangeiras são bem-

nal no fornecimento de bens e serviços, tem como principais objetivos o incremento da participação da indústria nacional em bases competitivas, o aumento da capacitação e do desenvolvimento tecnológico nacional, o crescimento da qualificação profissional e a geração de emprego e renda.

Esta política salutar para a engenharia nacional e que, diga-se de passagem, é adotada em diversos países, vem sendo atacada sob o pretexto de que é necessário aumento de competitividade, redução do custo das obras e a diminuição dos riscos de corrupção. Ora, as notícias que circulam diariamente mostram que

a prática da corrupção e da formação de cartéis não é “privilégio” das empresas nacionais. Nos leilões do pré-sal tivemos uma amostra grátis de como funcionam empresas de outros leilões para vencer as concorrências. Isso para não citar outros casos em São Paulo, devidamente denunciados e apurados.

Fato é que, contrariando a corrente defensora da revogação destas políticas, nossas empresas construtoras têm demonstrado alta competitividade e desempenho, vencendo concorrências importantes em diversos países competindo com as maiores empresas construtoras do mundo, entregando obras com qualidade, nos prazos e custos estabelecidos. A exemplo da Petrobrás há toda uma cadeia de produção montada para a melhor prestação possível dos serviços.

Os episódios lamentáveis de corrupção na Petrobrás não podem servir de pretexto para mudanças nas políticas voltadas para o desenvolvimento da engenharia genuinamente brasileira. É indispensável impulsionar o conjunto de forças hoje ainda dispersas da engenharia nacional, integrando empresas, institutos de pesquisa, academia e órgãos governamentais para o fortalecimento dos processos de gestão, pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Precisamos defender os engenheiros, técnicos e pesquisadores brasileiros, pois o conhecimento é um dos pilares do desenvolvimento econômico-social sustentável de uma nação. Não podemos abrir mão de uma política pública responsável e nacionalista. A desnacionalização da engenharia brasileira é uma ameaça à soberania nacional. ☺

Francis Bogossian é presidente do Clube de Engenharia – Brasil e membro das Academias Nacionais de Educação e Engenharia



# O papel das auditorias independentes



Um dos reflexos mais preocupantes da Operação Lava Jato é o atraso na publicação do balanço financeiro da Petrobrás referente a 2014. Por determinação legal, tanto da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), como da Securities and Exchange Commission (SEC, dos EUA), as demonstrações contábeis de empresas com ações em bolsas de valores tem que o aval de empresa de auditoria independente. No caso da Petrobrás este papel cabe à empresa PricewaterhouseCoopers (PwC) que, desde que o escândalo veio à tona, fez exigências à companhia, que impedem a publicação do balanço.

A exigência de auditoria independente surgiu na década de 1930, no EUA, depois da quebra da Bolsa de Nova York e da criação da SEC, órgão regulador do mercado acionário. O papel das auditorias é o de dar veracidade aos registros contábeis, num mecanismo de segurança para o investidor. Em 2001, com o escândalo da quebra da empresa de energia Eron, descobriu-se que a Arthur Anderson (AA), uma das mais antigas e prestigiadas auditoras do mundo, estava envolvida, tendo inclusive destruído documentos que provavam a fraude. Este fato significou o fim da AA.

Depois disto, o Congresso norte americano aprovou uma lei (Sarbanes-Oxley), que ampliou o controle sobre as empresas e as auditoras. Como a Petrobrás tem papéis negociados na Bolsa de Nova York – os chamados ADR's – ela está obrigada a cumprir a legislação de lá, que é muito mais rigorosa do que a brasileira.



Entre outros pontos, a Sarbanes-Oxley exige que seja feito rodízio, a cada cinco anos, da empresa de auditoria, torna obrigatória a existência de um comitê de auditoria junto ao Conselho de Administração das empresas e do serviço de ouvidoria. E tornou-se exigência que o balanço seja assinado – além do contador – pelo presidente e pelo diretor financeiro da empresa. Se houver fraude, há pesadas multas de até US\$ 5 milhões e prisão por até 20 anos para cada um dos responsáveis.

Com tantas exigências, o mercado internacional de auditorias independentes ficou restrito a quatro grandes empresas: a PwC, a KPMG, a Deloitte e Ernest&Young. O trabalho da auditoria independente é feito através da análise do ambiente de controle da empresa auditada. Assim, a governança, a tecnologia da informação e os processos operacionais são avaliados e, dependendo da confiabilidade apurada, define-se o padrão e a quantidade de testes a serem realizados. Normalmente, as auditorias trabalham com 95% de grau de confiabilidade.

Para atender a Petrobrás, a PwC conta com cerca de 60 auditores, entre brasileiros e estrangeiros. No primeiro ano de contrato, em 2012, ela recebeu R\$ 15,1 milhões; em 2013, R\$ 18,6 milhões. O valor do ano passado só será revelado quando o balanço for publicado.

A Petrobrás faz contratos de 3 anos. E o Conselho de Administração acaba de renovar com a PwC por mais dois anos, só que, diante das novas exigências e da necessidade de se apurar os controles, o valor subiu para R\$ 41 milhões ao ano.

A Petrobrás também conta com sua própria auditoria interna, com quase 300 funcionários. Então, fica a pergunta, como os sobre preços que estão sendo divulgados foram possíveis? Esta resposta deve ser dada com as investigações e pela nova diretoria de Governança.

bre preços que estão sendo divulgados foram possíveis? Esta resposta deve ser dada com as investigações e pela nova diretoria de Governança.

PROGRAMA rádio online  
FAIXA LIVRE

Opinião independente

**Apresentador:**  
Paulo Passarinho

**Produção e Jornalista Responsável:**  
Celeste Cintra – MTB12323

**Assistente de Produção:**  
Sandra Priori

OUÇA AO VIVO

Rádio Livre

1.440 khz AM

Segunda à Sexta de 9h às 10h27

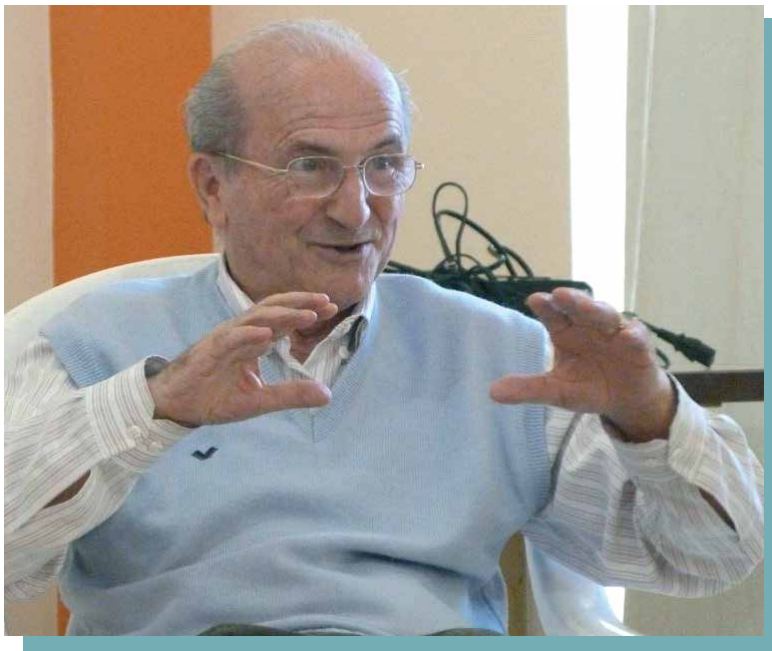
PATROCÍNIO:

Participe:  
Telefone da Rádio – (21) 2233-8822  
E-mail: faixa.livre@yahoo.com.br  
[www.facebook.com/AEPETRJ?fref=ts](http://www.facebook.com/AEPETRJ?fref=ts)

**ARTIGO** Dom Demétrio Valentini - bispo da Diocese de Jales-SP, a respeito da Petrobrás - 18 fev 15



# Petrobrás e projeto de país



//

**É preciso sobretudo, ter presente a importância estratégica da Petrobrás, para tirar deste episódio lições preciosas, que daqui para a frente precisam ser levadas em conta na administração desta grande empresa, que se tornou símbolo da capacidade do Brasil de ter um projeto próprio e soberano de nação.**

//

Nas discussões e debates decorrentes da investigação em curso, não se fala deste valor inquestionável da Petrobrás. Mesmo que resulte claro o indiscutível mérito de desentranhar o perverso processo de corrupção no interior da empresa.

Em momentos de tensão e de crise, como este que estamos vivendo, é necessário recordar as batalhas democráticas e patrióticas, que se expressavam pela afirmação enfática de que “O Petróleo é nosso!”.

Apesar de todos os problemas, e das dificuldades em que mergulhou a administração da Petrobrás, não podemos esquecer que ela é um grande patrimônio do povo brasileiro, e que este patrimônio não será, de jeito nenhum, exposto à sanha de quem gostaria ver uma Petrobrás debilitada, privatizada e colocada ao alcance dos especuladores.

Em meio à tempestade de roubos e falcaturas, exige-se a punição exemplar de todos os corruptos, e a retomada firme e decidida dos grandes objetivos da Petrobrás.

“O petróleo é nosso, a Petrobrás é do povo brasileiro!” ☉

**T**odos acompanhamos, apreensivos, a situação que envolve diretamente a Petrobrás, diante de inúmeras irregularidades constatadas pela investigação policial, que apontam para a existência de amplo processo de corrupção no interior da própria empresa, que aumenta de proporção na medida que avança a investigação.

Diante destas revelações, é imperioso que se faça a apuração completa dos fatos, para levar à identificação dos culpados, e sua rigorosa punição.

Mas, por se tratar de uma empresa do porte da Petrobrás, com sua importância estratégica para todo o país, o fato requer algumas providências especiais, que precisam ser tomadas com discernimento e rapidez.

Em primeiro lugar, que todos os dados já apurados sejam publicados, para conhecimento de todos. Isto se torna ainda mais urgente, pelo uso que a investigação está fazendo, da “delação premiada”, como

instrumento de averiguação dos fatos. Pois na medida em que pessoas envolvidas no caso apresentam sua versão dos acontecimentos, se torna indispensável que se faça o confronto entre a versão apresentada por alguém que se declara réu confesso, com a versão dos que são citados na dita “delação premiada”.

Este confronto é indispensável, e não pode demorar muito, sob o risco de condenações precipitadas e equivocadas, induzidas por versões que em primeiro lugar são feitas com o objetivo de auto defesa dos autores das delações premiadas. Se não houver logo a contestação, feita pelas pessoas citadas nas delações, corre-se o risco da opinião pública ficar só com a versão parcial dos fatos, produzida pelo interesse dos delatores de se defenderem diante de acusações já comprovadas contra eles.

Mas não é só a lisura da investigação que se requer. É preciso sobretudo, ter presente a importância estratégica da Petrobrás, para tirar deste episódio lições preciosas, que

daqui para a frente precisam ser levadas em conta na administração desta grande empresa, que se tornou símbolo da capacidade do Brasil de ter um projeto próprio e soberano de nação.

Esta importância estratégica da Petrobrás não é mencionada, e parece mesmo esquecida, no contexto das insistentes e amplas versões que diariamente se propagam desta situação vivida agora pela empresa que conseguiu se tornar o símbolo da capacidade tecnológica e administrativa conquistada pelo Brasil, pelo acúmulo positivo de enormes avanços levados a efeito pela Petrobrás.

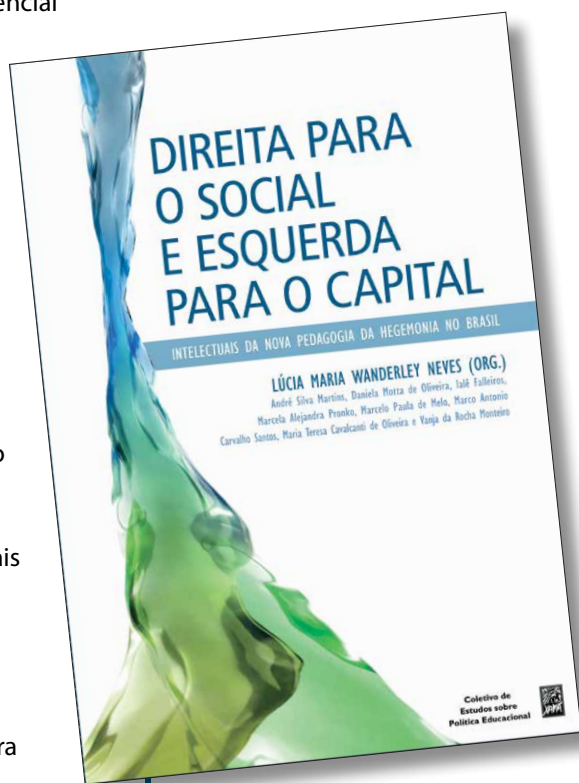
**Em momentos de tensão e de crise, como este que estamos vivendo, é necessário recordar as batalhas democráticas e patrióticas, que se expressavam pela afirmação enfática de que “O Petróleo é nosso!”**



## Direita para o social e esquerda para o capital

**A**poiado em sólido referencial teórico marxista/gramsciano, o livro analisa a renovação das formas de dominação e direção sob o capitalismo neoliberal, mapeando algumas de suas principais referências políticas e intelectuais, como organismos internacionais (como Banco Mundial e Unesco), grandes fundações estadunidenses (como Ford e Rockefeller), instituições de ensino e pesquisa, empresas privadas “socialmente responsáveis” e organizações não-governamentais especializadas em “participação”.

Os artigos – organizados pela professora aposentada da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-FIOCRUZ) e coordenadora do Coletivo de Estudos



(Editora Xamã) - Lucia Maria Wanderley (organizadora)

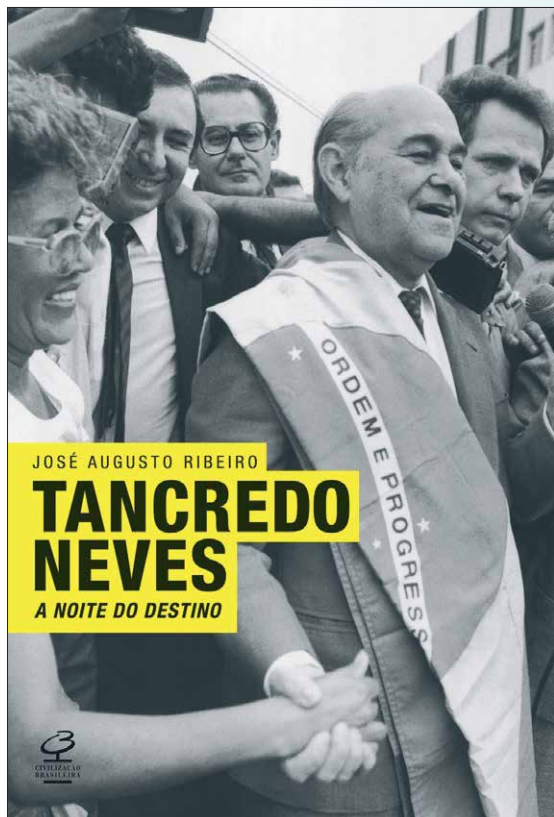
de Política Educacional, Lucia Maria Wanderley - estabelecem nexos entre o caso brasileiro e mudanças fundamentais na economia política internacional ocorridas nas últimas décadas, contribuindo para desmontar o discurso de exaltação das virtudes supostamente redentoras de uma “sociedade civil ativa”, “amigável com o mercado” e asépticamente esvaziada de relações de exploração e conflitos de classe.

Na obra, são esmiuçadas ideias que fundamentam “a nova pedagogia da hegemonia” na sociedade capitalista contemporânea. Para esta tarefa, os autores selecionaram obras clássicas de vários teóricos, de diferentes áreas, que sustentam, com alguma diferença entre eles, que a atual fase do capitalismo se configura como um mundo novo. Isso está de acordo com a teoria do fim das classes e de que o trabalho não é mais categoria central para explicação da realidade e sim o conhecimento,

a linguagem, a informação ou a cultura. Os teóricos analisados são: Alain Touraine, Adam Schaff, Robert Putnam, Peter Drucker, Boaventura de Souza Santos, Manuel Castells, Edgar Morin, Zygmunt Bauman, Michel Hardt e Antonio Negri.

Os autores destacam ainda a influência dos “intelectuais coletivos”; com atuação na formação política e escolar da sociedade brasileira contemporânea, tendo escolhido para o estudo de caso a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), ambos pelo papel formador dos quadros intelectuais brasileiros, tanto para a área pública quanto para a privada.

A pesquisa demonstra que tanto a FGV quanto o IBASE, na condição de organizações da sociedade civil, atuam, cada uma a seu modo, como intelectuais coletivos na legitimação da nova pedagogia da hegemonia.



José Augusto Ribeiro (Record)

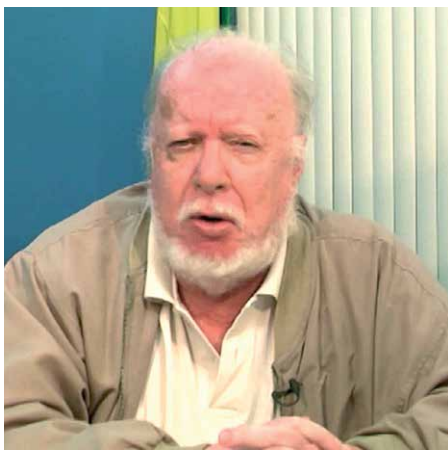
## Tancredo Neves, a Noite do Destino

**P**rimera biografia do político mineiro Tancredo Neves, escolhido presidente da República na última eleição indireta do regime militar, o livro traz muitas informações sobre fatos que marcaram a história do país, como a criação da Petrobrás e a luta pela empresa “que foi uma das maiores razões pelas quais Getúlio Vargas sacrificou a própria vida”, revela o autor, José Augusto Ribeiro, assessor de Tancredo Neves durante a histórica campanha de 1984.

Além da trajetória política de Tancredo, a obra retrata sua vida pessoal, incluindo sucessivas tentativas de assassinato das quais foi vítima. O livro é resultado de mais de quinze anos de pesquisas, com farto material bibliográfico, incluindo documentos do arquivo pessoal de

Tancredo, fotos, entrevistas exclusivas e fatos ainda inéditos sobre esse líder nacional.

Com relação à escolha de Tancredo para a Presidência da República, Ribeiro lembra que a emenda das “Diretas Já!” fora derrotada por falta de apenas 22 votos para completar a maioria de dois terços exigida pela Constituição e que Tancredo aceitou o desafio, que não era apenas derrotar o candidato do governo à Presidência, mas derrubar uma ditadura – em estado terminal, é verdade, mas por isso mesmo mais furiosa e perigosa. “Todos os recursos foram usados contra ele, de atentados e ameaça de morte até os do arrastão neoliberal, que ganhava ímpeto com a ascensão de Margaret Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos”.



José Augusto Ribeiro

# O mercado e o país

carreira de funcionário do Banco do Brasil, nada entende de petróleo.

A favor de Bendini pesa o fato de nos negócios do Banco ele se ter mostrado um executivo competente e capaz de reduzir os juros, tal como queria Lula, que o nomeou, e esbravejava o falecido vice-presidente José de Alencar, com toda razão. De qualquer maneira, a escolha da presidente Dilma excluiu do universo pesquisado em busca de um nome um bom número de nomes capazes de conquistar a confiança do país, sem prejuízo do respeito do mercado.

O primeiro presidente da Petrobrás foi Juracy Magalhães, um dos tenentes da Revolução de 30, depois interventor na Bahia, que no segundo governo Vargas foi presidente da Vale do Rio Doce, então estatal, e desse cargo passou à Petrobrás, sobretudo por ser militar e pertencer a um partido oposicionista, a UDN.

A escolha de um militar era perfeitamente natural. Logo depois da Revolução de 1930, quando quase ninguém acreditava que o Brasil

tivesse petróleo, o Estado Maior do Exército levantou a questão, em documento dirigido ao Presidente Getúlio Vargas: em caso de qualquer conflito ou necessidade militar, nosso Exército não disporia de combustível para uma semana de operações.

Naquele momento não estávamos na iminência ou ameaça nem de um, nem de outra, mas Getúlio acabava de viver a experiência da Revolução e percebia que o mundo caminhava para a radicalização e para dias perigosos e explosivos. Antecipando-se a isso, Getúlio, ainda em 1931, retirou dos Estados e concentrou no governo federal a prerrogativa de outorgar concessões para a exploração de petróleo. Alguns Estados, ou melhor, seus governantes, foram tão irresponsáveis no exercício dessa responsabilidade que o enorme Amazonas deixou-se fatar em seis pedaços, quatro dos quais concedidos a laranjas da Standard Oil.

Hitler subiu ao poder dois anos depois de Getúlio e seus triunfos na Segunda Guerra Mundial, ini-

ciada em 1939, logo colocaram o Brasil sob ameaça direta. Em 1938, Getúlio criou o Conselho Nacional do Petróleo, precursor da Petrobrás e anulou todas as concessões preexistentes. Para presidir o Conselho, Getúlio escolheu um militar a quem hoje todo o Brasil considera em dos heróis de nossa conquista petrolífera: o general Horta Barbosa.

De Juracy Magalhães, a Petrobrás teve outros presidentes militares, não só nos vinte anos do regime de 1964, como nos governos civis dos Presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart. Neste último destacou-se o Marechal Osvaldo Ferreira Alves, duramente punido em 1964.

No período militar destacou-se como presidente da Petrobrás o general Ernesto Geisel, que em seguida seria Presidente da República e, diante da crise mundial do petróleo, iniciada em 1973, levou a Petrobrás para a Bacia de Campos, que foi o começo de nossa autossuficiência em petróleo e também da grande aventura do pré-sal.


Ao optar pela escolha nesse mercado restrito de seus executivos, o governo excluiu de qualquer consideração homens como o brigadeiro Sérgio Ferolla, ex-comandante da Escola Superior de Guerra, e Guilherme Estrela, o grande condutor da saga do pré-sal. Esses são apenas dois exemplos, um civil e outro militar, mas por que não pensar no ex-presidente Lula?

Se Lula pôde sair consagrado de oito anos na Presidência da República, por que não convocá-lo, em momento de crise, para reabilitar a Petrobrás nacional e internacionalmente? A repercussão de sua escolha seria fantástica e o próprio Bendine, o escolhido do governo, teria sido o primeiro a reconhecê-lo e proclamá-lo. ©

**A**ntes mesmo de confirmada a saída de Graça Foster da presidência da Petrobrás, noticiava-se que o governo buscava um nome para sucedê-la. Quando perguntei onde o governo procurava, responderam-me com ironia e indulgência: no mercado, claro? Para não dar mais vexame, preferi ficar calado, mas perguntei a mim mesmo: se a Petrobrás pertence ao país e não ao mercado, porque procurar no mercado e não no país?

A busca, entretanto, foi rápida e o governo encontrou o novo presidente da Petrobrás numa espécie de mercado interno de seus executivos: o até então presidente do Banco do Brasil, Aldemir Bendine.

Contra essa escolha manifestaram-se as vozes “do mercado”, alegando que Bendine, com sua longa



**Se a Petrobrás pertence ao país e não ao mercado, por que procurar no mercado e não no país?**